

**UMA QUESTÃO DE REVOLUÇÃO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA
DO TERMO NAS POSTAGENS DE JÚLIA ROCHA²⁵⁴**

Elaine Moraes da Silva Lourenço (UERJ)
nanilourenco_22@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o funcionamento discursivo do termo “revolução” presente na superfície linguística das postagens realizadas na página pessoal de *Facebook* da médica Júlia Rocha. Nosso objetivo é depreender os efeitos de sentidos produzidos de tal termo. Fundamentamos nosso trabalho na perspectiva teórica da Análise do Discurso materialista, tal como inaugurada pelo filósofo francês M. Pêcheux na França e E. Orlandi, no Brasil. Os procedimentos metodológicos, que se realizam no batimento teoria/análise, se deram a partir da de-superficialização linguística, buscando compreender os processos discursivos ali mobilizados nas postagens. Também recobriremos uma comparação com verbetes de dicionário de língua português (NUNES, 2006), bem como aqueles produzidos no dicionário *Caldas Aulete*, de forma a ampliar o recobrimento dos efeitos de sentidos produzidos. No total, recorramos duas postagens selecionadas durante os anos de 2018 e 2019. Como resultados parciais, podemos asseverar que o termo “revolução” aponta para questões sociais (emancipação da mulher) e econômicas (redução de pobreza).

Palavras-chave:

Revolução. Análise de Discurso. Funcionamento discursivo.

ABSTRACT

The present article aims to analyze the discursive functioning of term “revolution” present in linguistic surface of the posts made on the personal Facebook page of doctor Júlia Rocha. Our goal is to understand the effects of senses produced from such a term. We base our work on the theoretical perspective of the Analysis of Materialist Discourse, as inaugurated by the French philosopher M. Pêcheux in France and E. Orlandi in Brazil. The methodological procedures, which are performed in the beat theory/analysis, took place from the linguistic de-superficialization, seeking to understand the discursive processes mobilized there in the posts. We will also cover a comparison with Portuguese language dictionary entries (NUNES, 2006), as well as thoses produced in the *Caldas Aulete* dictionary, in order to broaden the coverage of the effects of senses produced. In total, we cut two posts selected during the years 2018 and 2019. As partial results, we can assert that the term “revolution” points to socials (woman’s emancipation) and economic (poverty reduction) issues.

Keywords:

Revolution. Discourse Analysis. Discursive functioning.

²⁵⁴ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

1. Considerações iniciais

O presente artigo tem como objetivo analisar o funcionamento do termo “revolução” presente na superfície linguística de uma postagem realizada na página pessoal do *Facebook* da médica Júlia Rocha, na qual ela relata sua experiência ao realizar o procedimento de inserção do dispositivo intrauterino (DIU) em mulheres da periferia de Belo Horizonte. Mobilizaremos, como método teórico, os pressupostos da Análise de Discurso da linha francesa, conforme expõem Pêcheux (1969) e Orlandi (1986), com o intuito de depreender os efeitos de sentidos de tal termo.

A contracepção, tema que gera tanta controvérsia por questões religiosas, culturais, políticas e/ou individuais, vem sendo praticada há mais de dois mil anos e não é, portanto, um conceito da era moderna. A partir do uso constante de métodos contraceptivos, possivelmente, o primeiro Dispositivo Intrauterino (DIU) foi usado em pacientes por Hipócrates há mais de 2.500 anos, que inseria objetos no útero com a ajuda de tubo de chumbo. Entretanto, o primeiro DIU clinicamente aceito, a Alça de Lippes, só foi amplamente adotado em 1962.

Atualmente, existem dispositivos de cobre em diferentes formatos, entre os quais o mais popular é em forma de “T”. Com a disseminação do uso do dispositivo e com a melhora da sua eficácia, o Sistema Único de Saúde do Brasil passa a adotá-lo efetivamente a partir de 2017, ampliando o acesso ao dispositivo a todas as mulheres, através do planejamento familiar.

Nesse cenário, surge a figura de Júlia Rocha, médica de família da cidade de Belo Horizonte que, a partir do ano de 2018, passa a dedicar-se à propagação do uso do dispositivo pelas mulheres da cidade, fomentando o planejamento familiar e dando a essas mulheres a possibilidade de escolher quando engravidar. Ela relata, em postagens de sua rede social, o *Facebook*, seu dia a dia como médica da família, narrando, além de outras situações, alguns casos específicos da inserção do dispositivo em mulheres da região onde atua. E será, a partir desses relatos, que analisaremos os efeitos de sentidos produzidos pelos processos metafóricos à luz da Análise de Discurso de linha francesa, presentes nos discursos construídos pela médica em seus relatos no *Facebook*, compreendendo o modo pelo qual esses discursos produzem sentidos.

Segundo Orlandi (2015), “o sujeito se constitui como autor ao constituir o texto em sua unidade, com sua coerência e completude” (p.

71). Dessa forma, consideramos que a figura de Júlia Rocha se constituiria como sujeito-autor das textualidades produzidas na referida rede social. De alguma maneira, configuraria uma autorização do dizer a partir de uma instância social já legitimada, já que por ser tratar de ser uma médica – um lugar historicamente marcado em nossa formação social, projetar-se-ia na posição-sujeito do discurso. Júlia, portanto, dotaria de legitimidade para representar, em seus textos, as vozes dessas mulheres que optam pela inserção do DIU. Dito de outra forma, por meio das posições-sujeito depreendidas nas postagens de *Facebook* – ou seja, a projeção do lugar que o locutor ocupa a partir do qual estabelece um contrato implícito de troca simbólica de enunciados com os interlocutores -, confere-lhe a condição de falante autorizado a falar daquilo que fala e do modo que fala.

O presente artigo é composto por três capítulos, nos quais apresentam brevemente os pressupostos teóricos da Análise de Discurso sobre metáfora, no primeiro capítulo; uma breve história sobre o corpo feminino, no segundo capítulo e procedimentos teórico-analíticos, no terceiro capítulo.

2. A metáfora na análise de discurso materialista

Sobre o conceito de metáfora, referente à figura de linguagem, conceito desenvolvido tradicionalmente por alguns estudos da linguagem, parte-se da representação das relações de semelhança/comparação entre os elementos lexicais. Entretanto, essa definição não é o suficiente para explicar a metáfora à luz da Análise de Discurso, visto que esse funcionamento não se resume ao nível da língua, tampouco a um nível figurado, já que não há uma relação determinada por aproximações ou mesmo comparações. A metáfora, para a AD, estabelece uma condição de existência da língua.

Em seu projeto inicial AAD 69, Pêcheux elabora a noção de efeito metafórico, na qual o autor defende que é

[...] o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do ‘sentido’ designado por x e y; esse efeito é característico dos sistemas linguísticos ‘naturais’, por oposição aos códigos e às ‘línguas artificiais’: em outros termos, um sistema ‘natural’ não comporta uma metalíngua a partir da qual seus termos poderiam se definir: ele é por si mesmo sua própria metalíngua. (1997, p. 96)

Significa dizer que o efeito metafórico possibilita pensar o desliz como algo próprio da ordem do simbólico, possibilitando a substituição sem que se desvincule totalmente de sua condição de produção.

Dessa forma, permite-se o deslocamento dos sentidos e não apenas repetições, já que, conforme Pêcheux “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (2015, p. 53). Portanto, o efeito metafórico, de acordo com os postulados de Pêcheux, evidencia, por meio do deslocamento dos sentidos, a relação da língua e da historicidade no discurso.

Em sua obra “Semântica e Discurso”, Pêcheux (2014) retoma a questão da metáfora, postulando tal conceito como essencial à produção de sentidos. Desse modo, a metáfora é assim compreendida por ele como transferência, isto é, o modo de significação, já que, como defendeu Pêcheux:

[...] uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhes seria próprio, preso a sua literaridade [...]: o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição por outra palavra, uma outra expressão ou proposição; e esse relacionamento, essa superposição, essa transferência (*meta-phora*), pela qual elementos significantes passam a se confrontar, de modo que se “revestem de um sentido” não poderia ser predeterminado por propriedades da língua, pois isso seria admitir que os elementos já estão dotados de sentido, que têm primeiramente sentido ou sentidos, antes de ter um sentido. De fato, o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, sinônimos), das quais uma formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório. (PÊCHEUX, 2014, p. 239)

Dessa forma, ainda de acordo com Pêcheux,

a concepção de metáfora como processo sócio-histórico que serve como fundamento da ‘apresentação’ (donation) de *objetos para sujeitos*, e não uma simples forma de falar que viria secundariamente a se desenvolver com base em um sentido primeiro, não metafórico, para o qual o objeto seria um dado ‘natural’, literalmente pré-social e pré-histórico. (PÊCHEUX, 2014, p. 123)

Tais considerações nos permitem dizer que a metáfora é, portanto, a transferência de um sentido para outro em uma determinada formação discursiva, já que não há uma literaridade na língua e, dessa forma, os elementos significantes se confrontam e seus sentidos são pré-determinados pelos efeitos de sentidos produzidos. Portanto, a metáfora terá seu efeito de sentido instaurado através da posição social, cultural ou história do sujeito e da relação com a ideologia, pois se relaciona com a

formação discursiva com a qual o sujeito se insere.

No jogo semântico, tal como preconizado por Pêcheux (2011), “não há (...) uma estrutura sêmica do objeto, e (...) aplicações variadas dessa estrutura nesta ou naquela situação, mas que a referência discursiva do objeto é construída em formações discursivas” (PÊCHEUX, 2011, p. 158). Para o filósofo francês, “não “haveria naturalidade ‘técnica’ [de qualquer termo], que seria em seguida objeto de metáforas” (p. 158), já que os sentidos se definem em regiões discursivas. Não há relação de naturalidade entre palavra e coisas; não há etiquetamento da realidade. Dito de outra forma, não se trata de saber se há literalidade (origem) ou desvio (do ponto de origem), mas que há modos de metaforização na materialidade discursiva.

Desta feita, a ordem do simbólico está atrelada à clivagem, à metáfora e a produção de efeitos metafóricos. Por essa via, “a produção discursiva desses objetos ‘circularia’ entre diferentes regiões discursivas, das quais nenhuma pode ser considerada originária” (p. 158), procedendo, portanto, o interdiscurso como “efeito integrador da discursividade” (p. 158).

Retomado brevemente o conceito de formação discursiva de Pêcheux (2014), que afirma que é “aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, (...) determina o que pode e deve ser dito”, entendemos que o sujeito, inscrito em determinada FD, acredita escolher a formulação que lhe soa natural, e essa determinação escapa a esse sujeito. Assim, esse indivíduo é interpelado em sujeito a partir da identificação que se dá entre o seu discurso e a formação discursiva que o domina, na qual ele se constitui sujeito.

O efeito metafórico, portanto, se relaciona com o imaginário do sujeito discursivo. Esse sujeito que, por ser um sujeito social, está fundado na formação discursiva a qual se inscreve, de modo que as transferências encontram-se no efeito metafórico e refletem as possibilidades do discurso.

No livro “O discurso: estrutura ou acontecimento”, Pêcheux (2015), em uma redefinição teórica, aponta que a metáfora permite o deslocamento dos sentidos e não apenas repetições, já que, conforme filósofo francês “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (2015, p. 53). Portanto, o efeito metafórico, de acordo com os postulados de Pêcheux, evidencia, por meio do deslo-

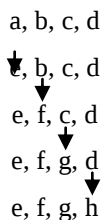
camento dos sentidos, a relação da língua e da historicidade no discurso.²⁵⁵

De acordo com Orlandi (2015), é através da transferência de sentidos de uma palavra que percebemos a não literalidade desses sentidos, pois, segundo ela:

Falamos a mesma língua mas falamos diferente. Dizemos as mesmas palavras mas elas podem significar diferente. As palavras remetem a discursos que derivam seus sentidos das formações discursivas, regiões do interdiscurso que, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. ORLANDI, (2015, p. 78)

Significa dizer que os enunciados não existem em si mesmos, mas são determinados a partir das posições ideológicas que o sujeito do discurso ocupa e, dessa forma, uma mesma palavra pode significar de maneira diversa a partir da posição em que o sujeito se inscreve. É a partir dessa transferência que o efeito metafórico provoca um deslizamento de sentido, que ocorre devido aos sentidos que são determinados pelo discurso, conforme explicita Orlandi, com base na proposta pecheutiana. Vejamos:

Fig. 1: Representação do trabalho produzido pelo deslize (a deriva).



Fonte: Orlandi (2015, p. 77).

Esse processo de deriva (ORLANDI, 2015) se dá pela determinação das condições de produção do discurso, que inscreve sentidos na história. Assim, a metáfora é entendida como transferência e não como desvio, pois é constitutiva do próprio sentido, além de ser sustentada por

²⁵⁵ Como exemplo, trazemos uma citação de Silva (2014) para ilustrar: “Após o surgimento da pílula anticoncepcional e a possibilidade de a mulher atuar de forma mais significativa no mundo do trabalho, começam a circular periódicos que tratavam as mulheres não apenas como donas de casa e mães, mas como profissionais em busca de realização.” (SILVA, 2014, p. 10).

uma memória discursiva²⁵⁶ e de promover, ao mesmo tempo, um sentido outro. Como na representação dada por Orlandi, a historicidade perpassa os deslizamentos, e “o processo de produção de sentidos está sujeito ao deslize, havendo sempre um ‘outro’ possível que o constitui” (2015, p. 78).

Portanto, o discurso é, segundo Orlandi (2015), heterogêneo, já que em seu interior há diferentes posições-sujeito. Assim, o discurso não se origina no momento da sua produção, mas sim retoma já-ditos que produzem efeito de homogeneidade, com elementos que funcionam em “uma formação discursiva dada e que podem ser importados (metaforizados) de uma sequência pertencente a uma outra formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente” (PÊCHEUX, 2011, p. 158).

3. Uma breve história do corpo feminino

Historicamente, a voz feminina foi silenciada ou ficou em posição subalterna na nossa formação social. Os discursos enunciados eram, por vezes, legitimados por um sujeito que interditava essa voz por meio da sua posição de autoridade, de pretensa superioridade, já que, socialmente, a mulher não tinha liberdade de fala, sendo representada pela figura do pai, dos irmãos ou do marido, após o matrimônio. A partir das revoluções femininas, esse cenário muda significativamente, e a mulher passa a ter mais espaço, ocupando, em alguns momentos, o que tem sido designado por sua posição de sujeito do discurso. Somam-se às transformações sociais outras de em torno das tecnologias de linguagem. Com as inovações tecnológicas e com a criação e uso das redes sociais, determinados discursos passam a ter maior circulação social. Com efeito,

A internet, de uma certa maneira, esburaca as estruturas verticais de poder, pelo menos até o momento em que ela é tomada em sua mobilidade, em sua “materialidade dispersa” (ORLANDI, 2004), em sua temporalidade, em sua fluidez. (DIAS, 2014, p. 2)

Com isso, passam a circular mais amplamente na sociedade, e essa configuração do lugar de enunciação das redes sociais passa a ter rela-

²⁵⁶ Definida por Pêcheux (1999) como “estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização” (p. 52) e que ela funciona como “aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ [...] de que sua leitura necessita.” (*Ibidem*, p. 52), para designar essas redes de filiação entre a formulação produzida pela médica e a história.

ção de poder, pois as mulheres utilizam essas redes para disseminar ainda mais os seus dizeres, legitimando-os. Nesse sentido, através desta pesquisa, entende-se que há a possibilidade de ampliar essa circulação do meio digital, trazendo ainda mais notoriedade ao assunto e à voz dessas mulheres por vezes ignoradas.

Além disso, ao dar voz a essas mulheres, Júlia Rocha legitima, em seus relatos, esses sujeitos antes silenciados. Os textos produzidos pela médica no *Facebook* buscam (de)enunciar a liberdade corporal e sexual da mulher através da liberdade de escolha sobre o seu corpo, pois a partir da inserção do DIU, a mulher pode ser inserida em outras posições-sujeito, de autora da sua história, determinando a sua vida familiar através do planejamento. Assim, os relatos de Júlia nas redes sociais trazem uma discursividade em questões que apresentam como o corpo da mulher é significado, ancorando-se numa representação da corporicidade feminina e como que isso faz trabalhar a memória discursiva sobre a questão do gênero feminino e a gravidez, e cabe a esta pesquisa, portanto, analisar como esses enunciados são construídos no meio digital e quais os efeitos de sentidos são produzidos. Para tal, nos filiamos ao quadro teórico metodológico da Análise de Discurso materialista (AD) para analisar as postagens recortadas de postagens da rede social *Facebook* da médica.

4. Uma questão de revolução

Uma regularidade foi apreendida na superfície linguística: o termo “revolução”. De acordo com o conceito tradicional, encontrado no dicionário, a palavra revolução significa “ato ou efeito de revolucionar(-se), de realizar mudanças profundas ou radicais”. Sobre o dicionário, Nunes (2006) afirma que

Inserido em uma conjuntura, o dicionário transforma o espaço linguístico e os sujeitos aí inseridos, bem como estabelece ou desloca temporalidades para esses sujeitos. Esse processo é bastante visível no contexto brasileiro, onde a gramatização ocorre por meio de uma transferência dos instrumentos linguísticos europeus e, ao mesmo tempo, pela constituição de uma tradição local: por complementação, por contraste, pela afirmação de uma unidade e pela produção de novos instrumentos. (NUNES, 2006, p. 64)

Numa perspectiva materialista, Pêcheux considera que

Falar das massas populares, de mudança política e de revolução, enfim, da história, em termos de pessoas e de coisas, como algo natural, como distinções transparentes que aparecem na linguagem sem qualquer ambiguidade, é desconsiderar totalmente a constituição essencialmente ideológica

do discurso e do sentido. (PÊCHEUX, 1978, p. 252)

Falar em revolução é falar, em alguma medida de ruptura. Ruptura com o mesmo, com as regularidades, com o repetível. Utilizaremos, portanto, o conceito de memória discursiva definido por Pêcheux (1999) como “estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização” (p. 52) e que ela funciona como “aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (...) de que sua leitura necessita” (*Idibidem*, p. 52), para designar essas redes de filiação entre a formulação produzida pela médica e a história. Essa noção permitirá verificar os processos de identificação em que o sujeito encontra as evidências (sentidos naturalizados) que sustentam o seu dizer, já que aquele não é a origem deste, permitindo que o sujeito se movimente/faça trabalhar, através da memória discursiva, um discurso já-dito. Utilizaremos, ainda, noção de metáfora, já apresentada anteriormente, para embasar nosso gesto analítico entre relação existente entre o substantivo “revolução” e a sua inserção na formulação da postagem produzida pela médica, de forma a compreendermos o processo discursivo e de depreendermos os outros efeitos de sentidos produzidos em seu discurso, a partir do resultado do deslizamento entre x e y.

Para isso, trazemos a seguinte sequência discursiva (SD), cujo recorte analisado está sublinhado:

SD: 30 de agosto de 2018

Há uma semana , comecei a oferecer o DIU como uma opção anticoncepcional para as minhas pacientes. Sempre com a pergunta: “você já pensou em colocar DIU?”

Ouvi de tudo: “Não posso por que não tenho filhos.” “Não posso por que tive bebê agora e ainda não tô menstruando.” “Não quero por que tenho medo de engravidar usando.” “Não posso por que no horário que a Ginecologista atende eu tô trabalhando.” “Não posso por que só tenho 17 anos.” “Não posso, tenho medo, vai doer, minha amiga teve problema.”

Mil mitos, outras tantas mentiras, desinformações impedindo mulheres de terem acesso a um método contraceptivo importante e muito eficiente.

Resultado: tenho uma lista de mais de 20 mulheres que, após serem adequadamente informadas, decidiram por este método. Isso, em uma semana! Elas serão chamadas em breve para passarem pelo procedimento.

Em alguns poucos meses não teremos nenhuma mulher aguardando para colocar DIU. Um método que independe da boa vontade do marido, um método que não interfere no desejo sexual da mulher, um método que dispensa cirurgias, um método muito eficiente que vai permitir minhas

pacientes terem apenas os filhos que elas desejarem ter.

Isso, em última análise, reduz pobreza, miséria, torna a mulher mais livre e independente. É uma mini revolução e eu estou muito muito muito feliz por isso. (<https://www.facebook.com/juliapamed/posts/1134577206699269>)

Nesta sequência, a palavra “revolução” parece perpassar pelo discurso médico. Aqui, a médica tenta demonstrar a eficácia do contraceptivo através da desmistificação e de desinformações das mulheres reproduzidas nas falas de suas pacientes. Assim, ela tenta comprovar que o pouco uso do dispositivo é devido a essa falta de informação, como se pode observar quando a médica descreve os resultados que teve ao informar adequadamente às pacientes sobre o método. Além disso, a médica utiliza o pronome possessivo “minhas” para especificar que apenas as mulheres que passaram pelo procedimento de inserção do DIU com ela é que poderão planejar suas gestações.

Neste ponto, tentaremos fazer uma aproximação como o apresentado em “Semântica e Discurso” (PÊCHEUX, 2014). No livro, Pêcheux trata da história da fuga do Barão de Münchhausen, considerada uma história fantástica. Nela, o barão foge de um pântano e para não se afundar, tira a si próprio do poço pelos cabelos, puxando-os. Pêcheux associa essa história à metáfora e aos seus efeitos ideológicos e os denomina como efeito Münchhausen: “trata-se do efeito de ilusão subjetiva a partir do assujeitamento ideológico: ao mesmo tempo em que o sujeito é efeito deste assujeitamento, o sujeito se esquece (trata-se de um esquecimento necessário) deste processo” (TRANSFEMINISMO, 2014). Conforme a afirmação de Pêcheux:

O apagamento do fato de que o sujeito resulta de um processo, apagamento necessário no interior do sujeito como “causa de si”, tem como consequência, a nosso ver, a série do que se poderia chamar as fantasias metafísicas, que tocam, todas, na questão da causa [...]. Vamos atribuir a esse efeito fantástico – pelo qual o indivíduo é interpelado em sujeito – o nome de “efeito Münchhausen”. (PÊCHEUX, 2014, p. 144)

Observa-se que, na SD, assume-se outra posição-sujeito, ou seja, identifica-se a outra formação discursiva. Ao utilizar o sintagma “reduz pobreza, miséria” relacionando tal condição de redução ao uso do DIU, a formulação produzida pela médica coloca a mulher (e não qualquer mulher, mas sim, a mulher pobre) como responsável pelo sustento e pela organização familiar. Então, a questão de reduzir a pobreza e a miséria caberia unicamente à mulher? E o DIU seria um instrumento para isso? Já que seria posta como único responsável por isso, apagando, dessa manei-

ra, a desigual divisão do sistema capitalista, afinal, tal sistema produz riqueza para alguns e escassez para outros.

Pode-se observar, então, a discrepância do funcionamento do interdiscurso pelo pré-construído e o construído, ou seja, “a distinção fundamental reside no fato de que um pré-construído existe enquanto construto social prévio e independente (...) o pré-construído participa do interdiscurso ligado a uma formação discursiva” (SASSIER, 2008, p. 155). Ao associar a redução de pobreza e de miséria dessas mulheres à inserção do dispositivo, a médica insere em sua formulação de liberdade feminina, o discurso liberal que diz que a culpa da miséria é do miserável, retirando, assim, a responsabilidade do sistema capitalista pela desigualdade social. Uma contradição se coloca.

Voltando à materialidade linguística, observamos o sinal discursivo (ORLANDI, 2005) vírgula. Cabe ressaltar que para a autora, a proposta de tomar os sinais de pontuação como fatos discursivos busca deslocar o estudo da pontuação do domínio da gramática para o domínio do discurso. Orlandi afirma que o mecanismo da pontuação proporciona subsídios para compreender o funcionamento político-ideológico dos discursos, com pontos de subjetivação na produção e na interpretação. Dessa forma, o estudo da pontuação se desloca de seu domínio preferencial, ou seja, a estrutura da frase, marcando uma produção ao mesmo tempo controlada e marcada de pistas de incompletude. Como tal, o texto “final” é o resultado entre unidade (projetada) e dispersão (o deslocamento). Assim, a pontuação funciona marcando o ritmo entre o dizer e o não-dizer. Portanto, compreendemos que entre “miséria” e “torna a mulher”, o sinal discursivo vírgula não separa só orações, mas matrizes de sentidos distintas.

A questão da diferença de classe perpassa os sentidos de revolução. O DIU seria uma revolução para mulheres pobres da periferia? Dito de outra forma, por ser um procedimento caro e por ser agora oferecido pelo SUS, teria se tornado uma revolução? Seria uma revolução para mulheres pobres, visto que mulheres ricas, mulheres de classe média já teriam acesso a essa revolução? E não dependeriam necessariamente do SUS para tal? Revolução em relação ao planejamento ou controle de gestações indesejadas das mulheres pobres? Ou essa seria ao mesmo tempo causa e consequência? Tudo parece indicar que algo escapa ao sujeito-autor das postagens: ao promover, pelo uso do DIU, a redução da pobreza e da miséria, isso tornaria a mulher mais livre e independente. Há um discurso transversal que atravessa e sustenta esse dizer marcado por “em última

análise”. E aí há um jogo bem interessante de “gravidez (indesejada)” X “redução de pobreza”. Vemos, portanto, o funcionamento do efeito Münchhausen proposto por Pêcheux nessa FD liberal que perpassa a formulação produzida pela médica, o que gera a contradição entre as formulações produzidas nas postagens.

Outro ponto também merece destaque: livre e independente para planejar e controlar a gestação? Livre e independente do comando masculino? Livre de ter filhos (em número desejável)? Livre de crianças para cuidar? Livre para realizar seu desejo sexual? Livre de cirurgias invasivas? Aqui, é possível depreender o discurso médico sobre o contraceptivo (sem cirurgias) e um outro de uma liberdade indeterminada. O DIU significaria revolução da liberdade alcançada pelo planejamento familiar?

Nesse imbricamento discursivo, a revolução seria ação ou instrumento? E como se daria, em termos discursivos, de produção de efeitos de sentido, a minirrevolução? Seria uma pequena revolução sexual? Ou para poucas? Representaria o uso de DIU como uma forma de emancipação sexual da mulher? O alcance da revolução é mini? Ou o impacto da revolução seria mini? A minirrevolução é para possibilitar (ou não) a gravidez em mulheres que perfiladas por terem um parceiro? Em outros termos, essa revolução só revoluciona o (não) engravidar? São tantas questões... O mini parece jogar, entre outros, com os sentidos de revolução que tomam o "corpo da mulher" pensado como corpo reprodutor (mesmo que o DIU possibilite o controle da reprodução).

5. Considerações parciais

Por meio da materialidade discursiva das postagens de *Facebook* da médica, notamos um espaço de repetição e de regularização, bem como de deslocamentos, propício para outros dizeres. Outrossim, visualizamos os efeitos da metáfora no termo “revolução”, presente nas postagens selecionadas, no qual uma nova trajetória de sentidos fragmenta-se num ritual falho. Por outro lado, também vimos a tentativa de reconstrução de sentidos da metonímia ao tentar tratar da perturbação. Assim, concluímos que metáfora se constitui no imbricamento do jogo da língua.

Vale ressaltar, por fim, que o termo “revolução” desempenhou o papel da metáfora e de seu efeito de sentido, ratificando a ideia de que as noções não ocupam uma posição fixa no discurso, mas sim se movimen-

tam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIAS, C. O ensino, a leitura e a escrita: sobre conectividade e mobilidade. In: *Entremeios – Revista de Estudos do Discurso*, v. 9, p. 1-14, jul. 2014. Disponível em: [/http://www.entremeios.inf.br](http://www.entremeios.inf.br). Acesso em: 30 mar. 2021.

NUNES, J. H. *Dicionários no Brasil: Análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes, 2006.

ORLANDI, E. *Língua e Conhecimento Linguístico*. Para Uma História das Ideias no Brasil. São Paulo, Cortez, 2002.

_____. Os efeitos de leitura na relação discurso /texto. In: _____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 2 ed. Campinas: Pontes, 2005. p. 59-71

_____. *Análise do Discurso – Princípios e Procedimentos*. 12. ed., Campinas-SP: Pontes, 2015.

_____. *Texto e Discurso*. *Revista ORGANON*, do Instituto do Instituto de Letras, da UFRGS, v. 9, n. 23, p. 111-18, 1995.

PÊCHEUX, M. As massas populares são um objeto inanimado? In: ORLANDI, E. (Org.). *Análise de discurso*: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011 [1978].

_____. Metáfora e interdiscurso. In: ORLANDI, E. (Org.). *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. Textos selecionados. Campinas-SP: Pontes, 2011.

_____. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. de Eni P. Orlandi. 7. ed., Campinas-SP: Pontes, 2015.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (Org.). *Papel da memória*. Trad. e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

_____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. De Eni Puccinelli Orlandi et al. 5. ed. Campinas-SP: Unicamp, 2014.

_____; FUCHS, Catherine. A Propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs). *Por*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas-SP: Unicamp, 1997 [1969].

Outra fonte:

O feminismo radical e o barão de Münchhausen. Disponível em: <https://transfeminismo.com/o-feminismo-radical-e-o-barao-de-munchhausen/>. Acesso em: 02 set. 2021.